



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 050

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 047ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
02 DE JUNHO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silveira Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO S/N

Curitiba, 01 de junho de 2004.

Senhor Presidente:

Tem o presente o objetivo de comunicar a V. Exa. e a esta Casa, que a Bancada do Partido Progressista - PP, reunida nesta data, resolveu escolher como seu Líder, a

partir de 02 de junho de 2004, o Deputado Fernando Ribas Carli.

Sendo este o desejo dos seus integrantes, a Bancada do Partido Progressista - PP aproveita para reiterar protestos de elevada e distinta consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI

CIDA BORGHETTI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1048

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se em viagem oficial para Miami, Flórida, Estados Unidos da América, entre os dias 21 a 24 de junho de 2004, para participar das conferências que irão analisar situações dos governos locais, no hemisfério sul, de temas relacionados com o fortalecimento da sociedade civil, marketing de governos locais, participação e democracia, redução de pobreza e melhoramento de infra-estrutura urbana, conforme convites da Flórida Internacional University e Instituto para Comunicação Política e ICP.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1044

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja consignada a data de 23 de junho de 2004, às 17 horas, para Sessão Solene de entrega de Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Sr. Manoel Henrique Pereira.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 1045

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de pesar pelo falecimento da Sra. Méri de Oliveira Pollischuk, ocorrido no dia 30/05, deixando viúvo o Sr. José Pollischuk, com que teve duas filhas.

Justifica-se o presente requerimento por ter sido Méri de Oliveira Pollischuk excelente farmacêutica bioquímica, dedicada esposa e mãe.

Desta forma, o Parlamentar abaixo assinado Requer, sejam enviadas as mais sinceras condolências deste Poder Legislativo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 1041

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de votos de congratulações à Diretora do Colégio Mãe de Deus, Irmã Dionésia Lawand, pelos 50 anos de criação do Curso Normal.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia à Diretora no endereço: Av. São Paulo, 651 - CEP 86001-970 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Ao se falar sobre a história de Londrina, faz-se necessário destacar a atuação do Colégio Mãe de Deus, principalmente se tratarmos da questão relacionada à cultura e educação. O trabalho realizado por essa Instituição, ao longo dos anos de existência, propiciaram a Londrina a construção de um perfil muito especial e particular no que tange à área musical.

O Colégio Mãe de Deus iniciou a tarefa de formar professores com a criação do Curso Normal há 50 anos, num período em que as circunstâncias eram bastante desfavoráveis. O objetivo foi atender o número ainda significativo de professores leigos atuando nas escolas públicas e particulares, nas séries iniciais do 1º grau.

Pelo brilhante trabalho que o Colégio Mãe de Deus vem desenvolvendo e por seu compromisso com o trabalho pedagógico é que propomos esta justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 1040

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor ao Ilmo. Sr. Roberto Luís Bachmann.

A referida homenagem deve-se pelo cargo que assumiu, como Presidente da Superintendência da Caixa Econômica Federal de Londrina, desejando-lhe sucesso e grandes realizações.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1049

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja informado pelo Secretário de Estado da Saúde, o que segue:

1 - em que situação se encontram os débitos referentes aos valores represados e não pagos às AIHs (Autorização de Internações Hospitalares) dos Municí-

pios da área de abrangência da 9ª, 10ª e 20ª Regional de Saúde?

2 - Qual é a origem da dívida remanescente do setor de saúde estadual, que segundo consta, atinge a cifra de R\$ 30 milhões?

3 - Quais são os critérios para estabelecimento do teto hospitalar pela média em seis meses e não em doze, sendo que a tabela de procedimento do SUS está defasada há dez anos?

4 - Como fica a população que venha a não ser atendida em virtude da limitação do teto financeiro das AIHs?

5 - Qual será o destino dos pacientes do setor de psiquiatria, uma vez que um hospital da região Oeste fechou suas portas e os recursos anteriormente destinados a este fim não estão sendo redirigidos no atendimento psiquiátrico conforme orientação do próprio Ministério da Saúde?

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) ELIO RUSCH

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 222/2004**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o trecho da rodovia que liga Santa Tereza do Oeste a Luz Marina, Município de São Pedro do Iguaçu, com extensão de cinquenta quilômetros, que interligam as localidades de Sítio Bahia, Marco Três, São Judas Tadeu, passando pela sede do Município de São Pedro do Iguaçu, Santa Mônica, Santa Eliza e Aparadão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um trecho que liga dois importantes Municípios do Oeste do Paraná, cuja população que trabalha a terra e os residentes nas localidades citadas vêm por muito tempo reivindicando solução para melhorar as condições de trafegabilidade e escoamento da significativa produção agropecuária.

A estadualização do referido trecho oferecerá de imediato um novo alento àquelas comunidades, pois reconhecem que o Estado tem melhores condições para execução de obras e manutenção, pois não oferece obstáculos com rios, córregos e aterros.

PROJETO DE LEI Nº 223/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais - APROL, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais - APROL, com sede e foro no Município de Santa Isabel do Ivaí.

A Associação, sem fins lucrativos, foi fundada em 27 de março de 2002, e realiza, com sucesso, trabalhos visando melhorar a qualidade de vida de seus associados.

Para tanto exerce a função de orientar e organizar a compra de insumos agropecuários, equipamentos e implementos destinados ao cultivo de lavouras; estimular a qualificação e ampliação da mão-de-obra relacionada ao setor agropecuário; promover a fixação do trabalhador na zona rural; incentivar o uso de tecnologia no setor agropecuário; estabelecer parcerias com o setor público e privado; reivindicar melhorias no setor de produção e comercialização dos produtos junto aos órgãos públicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 224/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Desembargador Doutor Tadeu Marino Loyola Costa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

É com muita honra e satisfação que tomamos a iniciativa legislativa de propor aos nobres parlamentares desta Assembléia Legislativa, reais representantes das aspirações do povo paranaense, a aprovação da concessão do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dr. Tadeu Marino Loyola Costa, por tratar-se de ato de reconhecimento de elevadíssimo mérito, em função dos relevantes serviços prestados por ele ao Estado do Paraná.

A nós é facilitada a incumbência de justificar a apresentação desta proposição em se tratando da pessoa de Tadeu Marino Loyola Costa, figura proeminente do Paraná, que tão bem o povo conhece e reconhece seus feitos em virtude do convívio com o direito dos cidadãos.

Paranaense da Cidade de Curitiba, sagitariano nascido em 27 de novembro de 1.938, filho de Ary Rolim Costa e Mariana Loyola Costa, Tadeu Loyola formou-se advogado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, conseguindo considerável destaque na advocacia, militando nas áreas Cível e Criminal, Direito do Trabalho e Tributário.

Exerceu inúmeras atividades culturais e profissionais ligadas ao Direito e à Magistratura, sempre com lisura e muita competência, marcas registradas das ações desse empreendedor jurídico, nobre causídico que ajudou a erguer os conceitos do Tribunal de Justiça do Estado a patamares que extrapolam os limites territoriais de nossa Unidade Federativa, culminando por exercer o posto de Corregedor Geral e atualmente, com muito mérito, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

O exame superficial do *curriculum vitae* dá a perfeita noção da personalidade de destaque que possui o Paraná. Seus trabalhos e realizações sempre propiciaram desenvolvimento e modernidade ao trato do Direito em benefício do povo, tendo atualmente o mister objetivo de combater a morosidade da Justiça e a impunidade, levando a tutela jurisdicional até as populações mais carentes.

Neste sentido, conclamo a todos os nobres Pares com assento neste templo deliberativo, para procederem os devidos apoios à proposta que ora apresentamos, a fim de reconhecer, em vida, os méritos deste filho do Paraná, que tanto dignifica o nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 225/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Torna obrigatório a convocação dos candidatos aprovados, para provimento de quaisquer cargos, no âmbito do Estado do Paraná, no prazo máximo de 6 (seis) meses, a partir da publicação oficial dos aprovados.

Art. 2º - A não convocação dos aprovados para o suprimimento das vagas, nos quantitativos dispostos no edital, ensejará a devolução da taxa cobrada para a inscrição no concurso.

Parágrafo Único - A não devolução da taxa ao inscrito, nos termos da presente, resultará no pagamento de multa, por parte do Executivo Estadual ao concursado, no valor de 1000 UFIR's-PR.

Art. 3º - Caberá à Secretaria de Estado de Finanças o fiel cumprimento do que dispõe o Artigo 2º e seu parágrafo único.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Nossa proposta objetiva corrigir algumas distorções que vêm ocorrendo nos últimos tempos. Os concursos são divulgados, milhares de pessoas inscrevem-se para tentar ocupar uma das vagas oferecidas e após a alegria advinda da aprovação, vem a longa espera e a decepção com a constatação de que a aprovação nos limites das vagas disponibilizadas no edital não é garantia da investidura no cargo público. Muitas vezes as vagas são oferecidas às prestadoras de serviços (mão-de-obra terceirizada) ou através de contratos temporários, renovados, até que o prazo de validade do concurso esteja esgotado. Não é justo. É preciso corrigir.

É o que submeto à apreciação de meus Pares, solicitando o apoio para fazer justiça aos que pleiteiam vaga no serviço público.

PROJETO DE LEI Nº 226/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam reservadas aos afro-descendentes 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos processos seletivos das Universidades Públicas.

§ 1º - As Universidades fornecerão, no formulário para inscrição ao processo seletivo a opção pelo processo seletivo para afro-descendentes.

§ 2º - Os formulários de inscrição ao processo seletivo, deverão exigir fotografia do candidato, datada do ano em que ocorre o concurso.

§ 3º - As inscrições dos candidatos que optarem pelo processo seletivo para afro-descendentes deverão ser analisadas pela comissão organizadora do vestibular.

§ 4º - A fixação do número de vagas reservadas aos afro-descendentes e respectivo percentual far-se-á pelo total de vagas ofertadas por curso.

§ 5º - Quando o número de vagas reservadas aos afro-descendentes resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração superior a 0,5% (meio por cento), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor a 0,5% (meio por cento)

§ 6º - A validade do processo seletivo aplicar-se-á a todos os cursos ofertados pela instituição de ensino.

Art. 2º - O acesso dos candidatos à reserva de vagas obedecerá ao pressuposto do procedimento único de seleção.

Art. 3º - Na hipótese de não preenchimento da quota prevista no artigo 1º, as vagas remanescentes serão revertidas para os demais candidatos qualificados no certame, observada a respectiva ordem de classificação.

Art. 4º - Para efeito desta lei, considerar-se-á afro-descendente aquele que assim se declare expressamente,

identificando-se como de cor preta ou parda, a raça etnia negra.

Parágrafo Único - Tal informação integrará os dados do candidato que for aprovado no processo seletivo.

Art. 5º - O candidato que declarar falsamente o disposto no artigo anterior, responderá por isto nos termos da lei.

§ 1º - Se candidato, será anulada a inscrição.

§ 2º - Se aprovado, ou cursando a Universidade, responderá penal e administrativamente, sob pena de expulsão.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Em setembro de 2001 em Durban, África do Sul, as Nações Unidas promoveram a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, tendo a delegação brasileira contribuído para a introdução dos documentos finais da conferência, de propostas de combate à discriminação racial e a conseqüente adoção de políticas públicas afirmativas como meio de reparação das injustiças históricas praticadas contra determinados segmentos da sociedade.

Como fruto desta Conferência, o Governo Federal editou o Decreto nº 4229, publicado em 14 de maio de 2002, que dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, que arrola em seu anexo I, a determinação de nº 191, que assim versa:

“191 - Adotar, no âmbito da União, a estimular a adoção, pelos Estados e Municípios, de medidas de caráter compensatório que visem a eliminação da discriminação racial e a promoção da igualdade da promoção das oportunidades tais como aplicação do acesso dos afro-descendentes às Universidades Públicas, a cursos profissionalizantes, às áreas de tecnologia de ponta, aos cargos e empregos públicos, inclusive cargos de comissão, de forma proporcional à sua representação no conjunto da sociedade brasileira.”

Sabendo da justa expectativa que a comunidade negra paranaense tem por ações afirmativas e desejando colaborar com o Governo do Estado e com as metas do Governo Federal em transformar o Brasil em um País para todos, que este Deputado apresenta e espera deferimento deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente. Passamos ao Grande Expediente, que está reservado hoje ao Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, por vinte minutos, e posteriormente ao professor Renato Monssef, professor da Universidade Federal do Paraná, por cinco minutos.

Com a palavra o nosso Magnífico Reitor, Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Nosso querido Reitor da Universidade Federal do Paraná, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Brasil passa por um processo de transformação pelas questões principais que temos na vida humana, que é a transmissão do conhecimento que a humanidade conseguiu construir ao longo de sua existência.

Hoje, no mundo moderno, para que o exercício da cidadania seja conquistado pelos homens e mulheres, é fundamental essa transmissão de conhecimento e de maior qualidade possível. Não há condições de pensar no trabalho sem a aquisição desses conhecimentos.

O sistema universitário brasileiro passa por uma crise sem precedentes nesses últimos anos. Perto de 70% dos jovens que procuram o curso superior, não apenas para se capacitar, mas também para se constituir enquanto cidadão, estão em entidades particulares. Tem custos para a maioria da população que quer adquirir estes conhecimentos. Apenas 28% dos jovens brasileiros estão ainda freqüentando universidades públicas.

O Governo brasileiro tem anunciado uma proposta, que diz respeito a alargar um pouco aquilo que nós consolidamos na história republicana do ponto de vista de cidadania. Há uma possibilidade de que o Congresso Nacional aprecie um projeto de lei, sobretudo nos próximos meses, que vai mudar, fundamentalmente, a realidade dos cursos superiores de ensino público federal no nosso País.

Grande parte dos jovens brasileiros, perto de 80% do ensino médio, do ensino fundamental, freqüentam escolas públicas, e nós não temos essa realidade no ensino superior. Sabemos que os jovens das escolas públicas, perto de 80, 90% são jovens oriundos de famílias de baixa renda, famílias que ganham até três, quatro, cinco salários mínimos por mês. Quer dizer, sobrevivem do ponto de vista material com muita dificuldade e ainda fazem um esforço sobremaneira para fazer com que seus filhos possam ter um curso superior e ter uma vida diferente dos seus pais.

É com esse objetivo, com o objetivo de fazer uma correção do ponto de vista de distorções do ensino brasileiro que o Ministério da Educação leva para a sociedade brasileira, para a comunidade acadêmica e para o Congresso Nacional uma proposta de modificação da estrutura do ensino. Essa modificação está circunscrita do ponto de vista financeiro, ela tem uma proposta que mexe com os impostos das universidades particulares e das filantrópicas e também com a estrutura do ponto de vista das vagas. 50% delas, no sistema federal, estaria destinado para estudantes oriundos das escolas públicas. Dentro desses 50% estariam incluídos, de acordo com o percentual demográfico, o percentual para negros e o percentual para comunidades indígenas.

É com esse objetivo, para esclarecer, para debater e para aprofundar o debate na Assembléia Legislativa, que nós, no Paraná, temos seis universidades públicas estaduais. Esse debate já acontece aqui na Casa, por iniciativa de alguns Deputados, com proposta de cotas. A Universidade Federal do Paraná saiu à frente das outras universidades: está anunciando um sistema de cotas à universidade do nosso Estado, por isso da importância do nosso Reitor vir trazer a esta Casa o aprofundamento deste debate.

Então, é com esse objetivo que a Assembléia Legislativa convida-o, para que tenhamos alguns esclarecimentos, não somente a respeito da proposta que o MEC está tramitando no Congresso Nacional, mas também da iniciativa que os membros do Conselho Acadêmico e da Reitoria tiveram em implantar o sistema de cotas na nossa universidade.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra o Exmo. Sr. Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, que nos honra com sua presença.

O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR

Obrigado!

Inicialmente, quero cumprimentar à Presidência da Mesa, Deputado Hermas Brandão; a todos os Deputados; às professoras Dora Bertúlio Lima e Cinéia, que estão aqui presentes, e quero registrar a presença, no recinto, da comissão que ajudou a formular o plano de metas de inclusão racial e social da universidade.

Primeiro, quero falar especificamente sobre a Resolução 37/04, da Universidade Federal do Paraná, que aprovou o plano de metas de inclusão racial e social para nossa instituição. Isso foi feito porque nós sempre fomos acusados de que a universidade era excludente, uma instituição para os ricos, para quem podia pagar, apesar de ser uma universidade pública, de alguma forma fazia a exclusão daquelas pessoas que precisavam de ensino público e gratuito.

Consideramos nessa resolução, que as diretrizes lançadas pela Constituição Federal do Brasil apontam para a formação de políticas no sentido da erradicação da pobreza, redução das desigualdades sociais e também aponta para a necessidade de democratizar o acesso ao ensino superior.

Antes de falarmos sobre a resolução propriamente dita, quero explicar a todos os Srs. Deputados que o vestibular da Universidade Federal do Paraná, atualmente, é realizado em duas fases: a primeira, ocorre em apenas um único dia e nela nós cobramos os conteúdos do ensino médio com uma carga mínima. Esta fase é igual para todos os candidatos e somente os aprovados nela é que passam para a segunda fase, e somente então é que estarão implantadas as cotas.

Com isso, queremos dizer, nós, membros do Conselho Universitário: quem entrar na Universidade Federal do Paraná, entrou porque tem capacidade de realizar um curso superior.

Nós cobramos na primeira fase a quantidade mínima de conhecimento para que esse aluno possa frequentar um curso superior. E aí, como já disse, não existem cotas. Em números gerais, dos nossos cinquenta mil candidatos, teremos numa segunda fase, cerca de dezesseis mil candidatos. Para eles é que estará valendo o Plano de Metas e Inclusão Racial e Social para a Universidade Federal do Paraná.

É preciso dizer também que qualquer plano de metas não é para sempre. Não é eterno. Tem um período para o qual foi elaborado. No nosso caso, realizamos um plano de meta para dez anos, e a cada ano existe uma comissão que vai acompanhar esse plano, vai acompanhar os alunos e vai nos trazer o resultado, para um aprimoramento contínuo.

Portanto, dito que o vestibular será em duas fases e dito que somente na segunda fase nós teremos a implantação de 20% das vagas para afro-descendentes. O termo afro-descendente parece ser um pouco amplo e um pouco vago, mas na própria Resolução, no parágrafo 1º, do artigo 1º está colocado: “são considerados afro-descendentes os candidatos que se enquadrarem como pretos ou pardos, conforme classificação adotada pelo IBGE”.

Portanto, não basta ter um parente, um ancestral negro; é preciso também que ele tenha o fenótipo negro, a aparência negra.

Além disso, nós entendemos que a auto-declaração do candidato é o documento mais precioso que nós teremos para esta qualificação.

O outro quantitativo de vagas que trata o artigo 2º é a respeito da escola pública. Nós disponibilizamos 20% das vagas dos nossos cursos para alunos oriundos de escola pública, mas que sempre fizeram escola pública, tanto ensino fundamental, como ensino médio. E aí é uma diferença com o projeto do Governo Federal, que fala apenas em alunos de ensino médio na escola pública.

Nós entendemos que são alunos tanto do ensino fundamental como no ensino médio. Portanto, esses alunos é que terão direito às cotas de escola pública.

Especificamente para o ano de 2005, para o próximo vestibular é que nós teremos um ano de exceção, porque como nós aprovamos a resolução no início do mês de maio, já tínhamos muitas pessoas inscritas em colégios particulares. E, portanto, para este vestibular, nós demos um ano de exceção de estudo em escola privada. Portanto, o aluno que frequentou a escola pública no ensino fundamental, frequentou dois anos ensino médio também em escola pública, e apenas no último ano ou um dos anos frequentou escola privada, para este ano ainda poderá pleitear as cotas de escola pública.

Agora, quero falar um pouco sobre a questão indígena, que na universidade, não tratamos como cotas. Tratamos como vagas de expansão, até porque enten-

demos que os indígenas não são os descendentes; são os indígenas registrados pela FUNAI, adequadamente registrados, e portanto, é através de requerimento da FUNAI que vamos receber os candidatos, que deverão ter terminado o ensino médio, e para os dois primeiros anos, 2005 e 2006, nós estaremos reservando cinco vagas; para o ano de 2007 e 2008, serão sete, e a partir de 2009, serão dez. Portanto a questão indígena é um questão de expansão e é um pequeno número de vagas.

É importante registrar também que no momento em que o candidato faz uma opção, ela é excludente; ou ele faz a opção pela cota de escola pública ou ele faz a opção pela cota da etnia, ou seja, da raça. Ele não pode ter duas opções iguais, porque uma é excludente à outra. E também é importante registrar que no momento da veiculação e da divulgação do resultado, nós divulgaremos o resultado pela ordem, sem identificar quem entrou pela cota da escola pública ou pela cota racial, para que não haja discriminação em cima desses candidatos.

Vou explicar um pouco também sobre a forma de preenchimento dessas vagas. Primeiro vamos preencher os 20% das cotas de escola pública e os 20% das cotas dos negros e a partir de então, preencheremos o restante das vagas pelo mérito. Na medida em que não haja o preenchimento na cota de etnia ou na cota da escola pública, essas vagas não preenchidas reverterão para as vagas do mérito. Portanto, pegando um curso hipotético de cem vagas, nós preencheremos primeiro vinte vagas pela etnia e vinte vagas pela cota da escola pública e as outras sessenta pelo mérito. Se não preenchermos as vinte vagas da etnia, o que não for preenchido desce para a cota do mérito. O mesmo acontece pela questão da escola pública.

Nós não nos preocupamos somente com o acesso, mas preocupamos também com a permanência dessas pessoas na Universidade. Não basta apenas franquear e democratizar o acesso, mas é necessário que esses alunos entrem, permaneçam e terminem seu curso. Assim, a Universidade adotou um programa de Apoio Acadêmico para todas essas pessoas que vão entrar pelas cotas. É um programa permanente de apoio, no qual teremos tutores, querendo saber como está o desempenho dessas pessoas e procurando ajudá-los na permanência. A Universidade tem um programa de 1.250 bolsas para alunos que dependam de uma bolsa de estudos para terminar seu curso e, prioritariamente, essas bolsas serão dedicadas aos estudantes carentes.

Enfim, para concluir a resolução da Universidade, quero dizer que além de tudo isso, além de optarmos por uma política de democratização do acesso, além de optarmos por uma política de inclusão social e racial, também optamos por uma política de um relacionamento muito mais franco e muito mais aberto com a escola pública. Nós vamos promover - segundo o último artigo, o artigo 12 da Resolução em seu item “h” - parceria com a escola pública de ensino fundamental e médio no sentido de aperfeiçoar a formação inicial e continuada dos profes-

sores de escola pública, porque entendemos que não basta apenas franquear ou democratizar o acesso, mas é preciso melhorarmos a qualidade da escola pública no Estado do Paraná.

Srs. Deputados, essa é a Resolução 37/2004 da Universidade, que está vigindo. Nós teremos os primeiros resultados a partir do próximo vestibular e, como eu disse ao meu Conselho Universitário, a cada ano a comissão encarregada de verificar a qualidade e o aprimoramento dessa Resolução vai propor ao Conselho melhorias no sentido de que nossa contribuição para a sociedade paranaense e brasileira seja ainda melhor.

Não sei se o Deputado Ângelo Vanhoni gostaria que comentasse alguma coisa sobre a Resolução do MEC, ou melhor, esse projeto de lei encaminhado para o Congresso Federal.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Reitor, uma questão importante, eu queria saber a sua opinião, escutamos no senso comum, no lugar comum, onde está a justiça, pois estaremos, de alguma forma, reservando cotas? Essa é a pergunta que os Deputados fazem, que o senso comum faz, de que estamos reservando cotas e estamos permitindo que pessoas adentrem o sistema público do ensino superior no nosso País e que é a referência de ensino superior no País. Por que o jovem pode estudar no Positivo, pode fazer o terceiro, o ensino médio, em qualquer escola particular aqui de Curitiba, no Medianeira, no Bom Jesus, mas ele se inscreve e quer passar no vestibular da Universidade Federal do Paraná? Se assim é, é porque ainda mesmo depois de toda essa tentativa de desmonte, essa desqualificação do ensino superior em nosso País nos últimos quinze anos ainda o sistema federal de ensino no nosso País é a referência do ponto de vista da capacitação tecnológica, informações na área de humanas, de pesquisa e extensão no nosso País.

A pergunta cotidiana que estabelece é a seguinte: há justiça em estabelecer cotas para os alunos oriundos das escolas públicas, cota para os negros, e também cota para os indígenas, há justiça, porque não se suprime o mérito entre as pessoas? Não haveria mais igualdade se as pessoas pudessem disputar sem as cotas?

Quer dizer, esse é o debate que perpassa o senso comum da sociedade brasileira e também aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Gostaria que V. Exa. tecesse algumas considerações nessa linha de argumentação, em torno desse debate, porque sei que no Conselho Universitário foi debatido e a Universidade Federal do Paraná à exaustão do debate, tem uma decisão - que no meu ponto de vista - que contribui para o aprofundamento da democracia no nosso País, para o aperfeiçoamento e para a construção de mais igualdade e mais justiça social. Mas, no entanto, ainda na nossa sociedade há um debate um pouco às avessas em relação ao sistema de cotas.

V. Exa. poderia reproduzir um pouco o debate que aconteceu na universidade sobre isso?

O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR

Claro.

Eu entendo, Deputado que o plano concebido pelo nosso Conselho Universitário é um plano do qual sou um grande entusiasta. Primeiro, porque ao separar o vestibular em duas fases e a colocar uma cota de corte mínima para as pessoas estarem aptas a receber o benefício, o privilégio da cota, nós temos a certeza que esses alunos vão entrar na universidade e têm condições de terminar o seu curso, sim. Portanto, não estamos abrindo uma segunda porta ou uma porta dos fundos para essas pessoas, temos certeza de que elas vão poder concluir o seu curso. Agora, se negarmos os números da Universidade, vamos pegar um exemplo de um curso como Medicina, que tem 176 vagas. A diferença de nota entre o último lugar da Medicina, o número 176 e o número 800 não chega ser um ponto. Portanto, não é possível querermos diferenciar apenas por um ponto uma pessoa da outra e esse um ponto às vezes é o que faz a diferença. E às vezes essa diferença é feita pelo cursinho, que dá o macete.

Eu vou dar um exemplo, Deputado, que acho muito contundente, - até hoje não sei para o que serve, mas aprendi no cursinho um ditado que diz assim: "Minha terra tem palmeiras onde canta o sabiá, seno A, coseno B, igual a seno B, Coseno A - não sei para que serve, mas lembro até hoje. Isso é o ensino de cursinho, é esse um ponto que é dado pela diferença. Então, à medida que temos um coeficiente que coloca uma nota de corte para uma segunda fase, alunos que julgamos adequadamente preparados, nós temos certeza que mesmo o aluno que está em número 800 tem condição de entrar no curso de Medicina, sim. E fizemos um estudo. Por exemplo, no curso de Direito, no ano passado, entrou apenas um aluno negro. Se nós tivéssemos o sistema de cotas bem como é hoje, nós teríamos nove alunos, com uma enorme inclusão racial e social também.

Portanto, não tenho a menor dúvida que nós estamos no caminho certo. A diferença do nosso projeto para o projeto de lei enviado pelo Governo Federal ao Congresso Federal é a seguinte, e por isso eu acho que este projeto de lei vai sofrer algumas emendas, é porque ele fala em 50% de cotas sem colocar nenhuma nota de corte e aí é possível que entrem algumas pessoas não tão bem preparadas e aí talvez essas pessoas acabem saindo.

Mas, voltando à questão do mérito, eu acho fundamental que a Universidade tenha decidido por esse sistema de inclusão racial e social, porque o que estava havendo era uma desigualdade cada vez maior entre alunos de escolas públicas e alunos da escola privada.

Eu fui ao Colégio Estadual do Paraná e ouvi de um aluno um depoimento contundente - ele disse assim - Reitor, nós temos vaga da escola pública nos curso de demanda, como por exemplo, Geografia, Física e assim por diante, mas nós queremos o nosso direito nos cursos

que também dão dinheiro - Medicina, Direito, Administração, Odontologia e assim por diante.

Então, eu acho que nós vamos realmente dar uma grande equilibrada no sistema. Atualmente, no curso de Medicina, temos menos de 10% de alunos de escola pública e não temos, há muitos anos, negros no curso de Medicina, e o mesmo acontece com Direito, Odontologia, Administração e outros cursos de alta demanda. E tenho certeza que a Universidade está contribuindo para diminuir as desigualdades sociais que infelizmente grassam no sistema de ensino superior deste País.

Não sei se respondi, mas estou à disposição para qualquer outra pergunta.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Com a palavra, o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Magnífico Reitor: primeiro quero cumprimentar a Universidade Federal do Paraná pela iniciativa e pela posição vanguardista em trazer essa discussão, valendo-se, inclusive, da autonomia que têm as Universidades para a proposição que apresenta, inclusive antecipando o próprio Congresso Nacional que está num processo de votação, e já está aqui a Universidade Federal do Paraná mostrando caminhos e sendo o verdadeiro farol para esta questão.

V. Exa. disse que a divulgação não fará parte da lista daqueles que foram aprovados à condição de cotas, para que eles não possam receber nenhum tipo de discriminação ou coisa parecida.

Como a sociedade acompanhará esta questão se ela não sabe quem entrou dentro da cota ou das cotas, tanto da escola pública como da etnia? É uma questão que a sociedade acha importante, e ela precisa ter acompanhamento.

Depois V. Exa. disse também aqui - programa apóia os que adentraram - como que a Universidade está preparada ou está se preparando para oferecer o apoio, porque muitos deles, e aqui vem de encontro à colocação do Deputado Ângelo Vanhoni quando você estabelece a cota, não é regra geral, mas você fez uma opção que não foi o mérito. E aqueles que entrarem pela cota podem ter o nível de conhecimento um pouco aquém.

Como que vai acompanhar, para que nós não venhamos a ter prejuízo de conhecimento e o próprio andamento da questão da transmissão do conhecimento na sala de aula?

O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR

Respondendo a primeira parte da pergunta:

- Por que não vamos divulgar os nomes? Porque nós não queremos que seja discriminatório em cima da pessoa, porém nós divulgaremos para toda a sociedade o Programa de Acompanhamento. Ou seja, quantos alunos entraram na cota por custo, os quantitativos, nós sempre estaremos divulgando, nós não queremos que haja dis-

criminação em cima da pessoa. Os quantitativos por curso, por classe ou por categoria, escola pública ou negros, e como será o acompanhamento de cada um dos cursos, nós sempre estaremos divulgando, porque está dentro da Resolução o programa de acompanhamento.

A segunda parte da pergunta:

Especificamente quando nós damos uma bolsa, fazendo um questionário baseado na carência sócio-econômica e a partir da seleção desses candidatos, os mais necessitados ganham a bolsa.

Por último, no que diz respeito ao acompanhamento pedagógico. Aquele aluno que está com dificuldade de acompanhar o curso. Isso veio ao encontro de um anseio muito grande da Universidade, porque hoje nós temos disciplinas, deputados, que reprovam 77% dos alunos e, nós não fazemos nada! Esses alunos reprovam uma, duas, três vezes, e vão embora da Universidade! A média da evasão da Universidade chega a ser de 35%.

Portanto, nós temos que fazer isso, não só para os alunos de cota, mas para todos os alunos. Essa resolução veio ao encontro dessa necessidade. Nós juntamos “a fome com a vontade de comer”.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Parabéns.

Porque especialmente na disciplina de Engenharia, reprovam duas a três vezes, ficam para dependência, e muitas vezes deixam a Universidade.

Não estou lhe fazendo nenhum comentário crítico, mas continuo com a preocupação de que a sociedade precisa ter um instrumento para acompanhar quem entrou na cota e quem não entrou. Porque, em algum momento, pode levantar suspeitas e nós derrubamos ou criticamos dificuldades para que o Programa de Cota seja efetivamente implantado e acolhido pela sociedade.

O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR

Só quero fazer um pequeno acréscimo ao seu depoimento. O assunto é complexo, é polêmico. É difícil você divulgar nomes no sentido discriminatório e a Comissão - que ajudou a elaborar o plano - entende dessa forma. Ao mesmo tempo, temos que divulgar os números, que são importantes, porém vamos ter que aprimorar a cada ano. É uma coisa que a gente vai vendo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas se a própria sociedade reconhece que precisamos acatar e fazer o resgate de setores de etnias que foram, ao longo da história brasileira, colocados à margem do processo de desenvolvimento sócio-cultural, não tem por quê nós não termos essa condição.

Aqui fica a dificuldade e a preocupação. Evidentemente que em outros momentos eu gostaria de me aprofundar, inclusive com essa visão, porque, não é espiar a vida de ninguém e nem colocar em dificuldade, mas é acompanhamento até para que a sociedade possa, por

inteiro, aprovar o projeto e sentir que ele é parte do resgate sócio-cultural ponderável da nossa população.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA (**Pela Ordem**)

Magnífico Reitor, caro amigo Carlos Augusto Moreira Júnior, quero parabenizá-lo por mais essa luta que V. Exa. encabeça, fazendo com que as injustiças do passado minimamente sejam corrigidas através das cotas para a comunidade negra nas universidades, em especial, na nossa Universidade Federal do Paraná.

V. Exa. demonstra não só a competência e o conhecimento que tem, mas, mais uma vez o Paraná está saindo na frente. Temos detalhes do projeto que sai por esse estudo que V. Sa. condena. Digo mais uma vez, porque lembro do projeto que o senhor encaminhou que foi o PROVAR, na época polêmico, mas que hoje é reconhecido nacionalmente como um projeto que recupera as vagas que sobram daqueles alunos que deixam na metade do caminho o curso e elas continuavam lá, em aberto, agora preenchidas por alunos que vêm das universidades particulares, principalmente os filhos da classe pobre que não tiveram uma chance, assim como a comunidade negra reivindica hoje, de poderem passar por um bom curso preparatório e não tiveram a chance de sucesso numa universidade federal e tiveram que entrar numa universidade privada, e hoje têm a chance de preencher essas vagas que estavam lá sobrando e não usadas pela comunidade, agora resgatado aqui no Paraná, como exemplo para todo o Brasil.

Quero parabenizá-lo e dizer que a partir da discussão que acompanhei, na Universidade Federal do Paraná, na cota dos negros, nós desenvolvemos também, a pedido da comunidade negra, mais especificamente do companheiro Saul, um projeto para as Universidades Estaduais, e agora o Deputado Ribas Carli está me dizendo que já existe um projeto, que foi vetado.

Preciso saber, porque acabo de dar entrada no projeto nosso das Universidades Estaduais e vou pedir para que o seu trâmite seja momentaneamente parado, até para que eu possa saber exatamente o que tinha e o que podemos fazer. Uma das maneiras de resgatar minimamente as injustiças cometidas com a comunidade negra que para esse País vieram, naquele momento contra a sua vontade própria, e que aqui ajudaram e foram o alicerce para o crescimento deste País. Hoje ainda existem a pecha do racismo, existe ainda a diferença, como existe ainda nos dias de hoje a diferença do homem e da mulher, também existe do branco e do negro e do negro e da negra mais acentuada. Precisamos achar uma maneira de igualarmos, porque somos todos seres humanos.

V. Exa. está de parabéns por esta situação de pôr o Paraná na vanguarda, fazendo com que a nossa Universidade do Paraná saia mais uma vez à frente com as soluções.

Parabéns.

A SRA. ELZA CORREIA

Queria cumprimentar o reitor e manifestar uma preocupação que deve ser sua também.

Sou do movimento de mulheres há muitos anos no Brasil e lutamos muito pelo sistema de cotas, para que pudéssemos mais rapidamente estarmos inseridas na participação dos Partidos Políticos e as esferas de poder no Brasil.

Foi uma discussão muito incompreendida pelo próprio movimento que sentia isso como uma discriminação, e a isso chamamos de ação positiva, da mesma forma como vemos as cotas para negros que são de raça e etnia. Mas de qualquer forma, nós do movimento de mulheres, e acho que o movimento negro também, uma fatia está preocupada com essa questão, de que as cotas pelas cotas só, não resolvem. Se as cotas forem desvinculadas de ações através de políticas públicas, garantias constitucionais e ações positivas dos poderes constituídos, nós poderemos estar criando um problema, porque esses estudantes porque esses serão inseridos pelo sistema de cota. Mas se nada mudar no segundo grau, se nada mudar na sociedade, do ponto de vista das oportunidades no mercado de trabalho, a discriminação vai continuar.

É neste sentido que eu gostaria de saber - evidentemente a discussão que estão sendo colocada é essa preocupação -, participei de algumas mesas no sistema de cotas e senti que alguns setores acham que vai ser resolvido o problema apenas com esse sistema. Na minha avaliação, não será resolvido. Não podemos utilizar as cotas, como uma tentativa de fazer a mea-culpa, de pedir desculpas pela culpa que o Brasil tem com a raça negra e ficar só nisso.

Eu queria ouvir do senhor, como é que tem sido essa discussão do ponto de vista do que mais. Qual o tipo de gestão, de preocupação que temos que ter, para que não fique só nessa questão das cotas, porque não estaremos resolvendo o problema e nem resgatando essa dívida social, que temos com os negros no Brasil.

O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR

Respondendo à pergunta da Deputada e do Deputado Stica, quero dizer que o assunto é extremamente polêmico, que traz uma série de reflexões para cada um de nós. Entendo a Universidade na medida em que decide pelo plano de metas, também decidiu apoiar a escola pública e, certamente, isso será feito. Sabemos que as cotas não vão resolver o problema.

Há alguns dias atrás fiz um debate na CBN, com representantes das escolas privadas e eu disse claramente a cada um deles, que estamos convictos de estar no caminho certo, por quê? Primeiro, chamamos a atenção para um problema sério, a qualidade da escola pública. É o momento de apoiar a escola pública fundamental e de nível médio. Segundo, chamamos a atenção a um problema de desigualdade no acesso ao ensino superior. Existe uma

questão chamada igualdade e outra chamada igualdade material. Acho que foi isso que o Deputado Vanhoni se reportou, quando ele quis falar um pouquinho mais, no que dizia respeito à discussão do conselho universitário.

Entendemos que o fato de a lei ser igual para todos, não quer dizer que todos sejam iguais perante a lei e, portanto, estamos no caminho certo, porque estamos fazendo um País mais justo, mais igualitário, para diminuir essas diferenças. É um grande avanço, mas certamente estaremos revendo, a cada ano, essa resolução.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Apenas para o conhecimento do Reitor da Universidade Federal do Paraná, no ano passado tramitou por esta Casa de Leis, por iniciativa do Deputado Augustinho Zucchi, projeto de importância do ponto de vista de garantir mais acessibilidade e inclusão no mundo do saber, sobretudo nas escolas públicas do Estado do Paraná, e o projeto na oportunidade recebeu veto do Governo do Estado e a Assembléia Legislativa acabou decidindo pela manutenção do veto.

No entanto, refletindo sobre essa matéria, convidei o Deputado Augustinho Zucchi, refizemos o projeto e está tramitando nesta Casa, e diz respeito ao acesso dos estudantes no ensino público superior.

Enquanto as mudanças necessárias não forem efetivadas no País, não poderemos permitir que essa discriminação continue acontecendo. Só consegue entrar em grande parte das boas universidades particulares do Brasil e nas universidades públicas estaduais e nas federais, aquele que, mesmo cursando a escola pública ou quem tenha curso também na iniciativa privada, mas que faça um cursinho de boa qualidade no País. E sabemos que os cursinhos são caros. O projeto que está tramitando, para garantir uma maior inclusão é de que nas escolas públicas do Estado do Paraná, aonde a Secretaria tiver condições de realizar, nas dependências das escolas públicas, com os professores oriundos, sistema público do Estado, ofereçam cursos preparatórios ao vestibular, gratuitamente para os estudantes do nosso Estado. Esse projeto está tramitando. Já foi aprovado anteriormente, foi vetado e foi mantido o veto. Nós reapresentamos nesta legislatura.

Gostaríamos, de trazer ao seu conhecimento, porque é mais uma medida, no que diz respeito a diminuir um pouco as injustiças. O ideal seria que o vestibular deixasse de existir na nossa sociedade. O MEC estuda isto há algum tempo, as universidades públicas federais, os Conselhos de Reitores também estudam. Nós sabemos que este é um objetivo a ser alcançado.

Parabéns pela Universidade Federal. Parabéns pela exposição. Acho que muitas dúvidas foram esclarecidas hoje, junto aos Deputados Estaduais.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS AUGUSTO MOREIRA JÚNIOR

Quero agradecer o convite do Deputado Vanhoni, agradecer a atenção de todos os Srs. Deputados e à Presidência da Mesa, e dizer que a Universidade Federal do Paraná está sempre disposta a vir a esta Casa debater qualquer assunto que os senhores achem importante.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Somos nós que agradecemos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se sente honrada com a presença do Magnífico Reitor, Dr. Carlos Augusto Moreira Júnior.

Por dez minutos, conforme deliberação da Mesa, convidamos o Dr. Renato Monssef, professor da Universidade Federal do Paraná, para falar do seu projeto “Quem Governa”, mapeando as lideranças políticas e econômicas do Paraná contemporâneo.

O SR. RENATO MONSSEF

Boa tarde a todos.

Embora este não seja o motivo inicial de minha fala, eu não poderia perder a oportunidade, na condição de professor da Universidade Federal, de apoiar a fala do Magnífico Reitor que me antecedeu e a política de cotas adotada pela Universidade Federal do Paraná.

Exmo. Sr. Presidente da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Hermas Brandão, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados Estaduais, Sras. e Srs.

Gostaria de agradecer a extrema gentileza do Deputado André Vargas, Vice-Presidente desta Casa, que nos permitiu utilizar esta tribuna democrática a fim de que possamos apresentar uma brevíssima descrição de nossas atividades acadêmicas. Gostaria também de agradecer ao Presidente Hermas Brandão que já havia anteriormente autorizado o nosso acesso a esta Casa para que pudessemos estabelecer os nossos primeiros contatos com os Deputados.

Falo aqui, Sr. Presidente, em nome de dois grupos de pesquisa da Universidade Federal do Paraná: o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira e o Núcleo de Pesquisa “Democracia e Instituições Políticas”. Esses dois grupos são formados por professores do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná e por vários estudantes, hoje também presentes nesta Casa.

Juntos, professores e alunos iniciaram há mais de um ano, uma pesquisa sobre as lideranças políticas paranaenses durante os anos de 1995 a 2002. O nosso objetivo inicial era identificar os ocupantes das principais posições institucionais nos dois dos mais importantes poderes do Estado - o Executivo e o Legislativo. Este primeiro objetivo foi cumprido e nos revelou um universo de aproximadamente 170 pessoas. Em seguida, pretendíamos obter informações sociológicas sobre os componentes desse universo.

Para tanto, tínhamos de pensar num instrumento de coleta de informações que fosse o mais adequado possível. Depois de meses de discussões teóricas e metodológicas, chegamos, por fim, a um questionário que já foi aplicado com sucesso a vários líderes políticos. O questionário aplicado aos Deputados da 14ª Legislatura é formado por quatro blocos de questões: um primeiro bloco em que requisitamos ao entrevistado informações sobre sua carreira política; um segundo bloco com questões relativas a valores políticos; um terceiro composto por perguntas sobre a política estadual entre os anos de 1998 e 2002 e, por último, um bloco sobre informações pessoais e familiares.

Em que pese as eventuais imprecisões de toda pesquisa científica, gostaria de chamar a atenção para três pontos: Primeiro, trata-se de uma pesquisa pioneira quanto ao método, pois, pela primeira vez, as lideranças políticas paranaenses estão sendo estudadas com base em técnicas de pesquisa consagradas pela literatura científica e com o propósito único de se produzir um conhecimento objetivo sobre uma dimensão importantíssima da vida política deste Estado. Segundo, em nome da objetividade científica e, portanto, da seriedade de nossa pesquisa, todos os dados coletados serão tratados exclusivamente de forma estatística, sem quaisquer referências individuais aos entrevistados; por fim, vale lembrar que esse nosso trabalho vem sendo financiado por importantes agências estaduais e federais de fomento à pesquisa - A Fundação Araucária e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (o CNPq) - o que atesta a seriedade acadêmica de nosso trabalho.

Por essas razões - isto é, pelo esforço de professores e alunos, pela originalidade e pela seriedade da pesquisa - é que ocupo hoje esta tribuna, Sr. Presidente. Venho, na verdade fazer um apelo aos Deputados que estiveram presentes na 14ª Legislatura (1998-2002) e que foram reeleitos para a legislatura atual, um apelo para que abram um espaço nas suas concorridas agendas, sabidamente congestionadas em função do importante trabalho parlamentar que todos aqui desenvolvem na representação dos interesses do povo paranaense, que atendam aos nossos bolsistas, que respondam ao nosso questionamento. V. Exas. estarão dando uma contribuição inestimável à consolidação da atividade científica no Paraná. Acreditamos na boa-vontade de V. Exas. os nossos alunos se encontram presentes nesta Casa com o objetivo de contratá-los ainda hoje.

Antes de terminar a minha fala, gostaria de, mais uma vez, agradecer ao Deputado André Vargas a oportunidade que nos foi concedida e de agradecer imensamente aos Deputados que já concederam parte de seu escasso tempo para nos atender. Por fim, agradeço a todos pela atenção com que me ouviram e estou à disposição de V. Exas. para dirimir qualquer dúvida que eventualmente tenham.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA

Apenas para agradecer e dizer da importância do trabalho que vocês vêm desenvolvendo. É fundamental que façamos um acompanhamento e um controle social dos que detêm cargos e poder no nosso Brasil. Mas, uma curiosidade, você coloca o pioneirismo da pesquisa, você coloca metodologia e os financiamentos. Queria saber se essa pesquisa, uma pesquisa por si só, tem que ter o desdobramento, digamos, o que fazer depois com essa coleta de dados, informações porque o objetivo não deve só se conhecer o diagnóstico, mas deve apontar na direção de alguma solução para que, se necessário, o quadro seja mudado.

Consta essa preocupação no trabalho de vocês?

O SR. RENATO MONSSEF

Como eu disse, a nossa pesquisa é guiada por um espírito estritamente acadêmico, então ela é um pouco tímida no que diz respeito a apontar soluções.

O objetivo dela é fundamentalmente conhecer a realidade das lideranças políticas paranaenses, que são essas pessoas, suas origens, que formação escolar têm, que atividades exerceram, os seus valores políticos, que para nós é muito importante. E, obviamente, com esse conhecimento, aumentar inclusive a qualidade da produção científica na Universidade. Acho que esse conhecimento, em si ele já propicia, uma vez apresentado a toda a comunidade, que várias pessoas, não apenas professores e pesquisadores, tirem as suas eventuais conclusões dos nossos dados, das nossas análises.

Então, evidentemente, é um material que possibilita a formulação de estratégias, de ação, ou de soluções para problemas que eventualmente sejam encontrados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Eu queria agradecer ao professor Renato Monssef, e chamar a atenção dos Srs. Deputados e Deputadas no sentido de atender as equipes, na medida das suas agendas, os alunos do professor Monssef que faz um importante estudo que muito contribuirá para a história política do Paraná.

A Casa sente-se honrada em tê-los entre nós.

Terminado o Grande Expediente.

Horário das Lideranças. PL. PSL. PPS.

Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tenho a honra de ocupar a tribuna nesta tarde, para tecer comentários a respeito do nosso Presidente Estadual, nosso companheiro Rubens Bueno, que em audiência na tarde de ontem comunicou ao Ministro-Chefe do Gabinete Civil, José Dirceu, que estaria se desligando das suas funções de Diretor Administrativo da Itaipu Binacional.

Na correspondência que o Rubens Bueno entregou a José Dirceu, ele agradece ao Presidente Lula por ter

merecido a sua irrestrita e honrosa confiança no exercício da Diretoria, e também agradeceu a oportunidade que lhe foi dada pelo Presidente para, à frente da Diretoria Administrativa, juntamente com outros companheiros, poder realizar o trabalho social que lá realizaram; particularmente o empenho que o Rubens pôde dedicar para que o projeto “Energia Solidária” beneficiasse a comunidade de todos os trabalhadores da chamada Vila C, em Foz do Iguaçu. Eram operários pioneiros da obra de construção, e que semanas atrás completou já, até com a presença do Rubens, trinta anos da sua fundação.

É importante frisar que o Rubens deixa o cargo na Itaipu Binacional para enfrentar novo desafio que todos os companheiros do PPS, em particular nosso Presidente Nacional, Roberto Freire, lhe incumbe, para que, como Secretário Executivo Nacional do PPS, possa acompanhar os mais de quatro mil candidatos, quatro mil e cem Municípios, aonde o PPS terá candidatos a Vereadores, Prefeitos, Vice-Prefeitos. De qualquer forma, gostaríamos também de dizer que ele é, sem sombra de dúvida, um dos nomes, talvez o nome mais cotado, para a disputa também da Prefeitura de Curitiba.

Então, cumprimentando nesta oportunidade o nosso companheiro Rubens Bueno, mas dar essa notícia à Casa, e convidar a todos para que participem conosco neste sábado pela manhã, do lançamento, na Boca Maldita, às 11h00 da manhã, do “Fala Curitiba”, aonde estaremos indo ao encontro da população curitibana, para, através das suas opiniões, formatarmos o plano de governo do Município.

Era isso, Sr. Presidente, que gostaríamos nesta tarde, de comunicar ao Presidente e a todos os Deputados desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

PSB, PTB, PP, PFL, PSDB.

PDT. Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Governo do Estado, aparentemente vem encontrando algumas dificuldades para avaliar corretamente o impacto financeiro concedido aos professores da Rede Estadual de Ensino.

Aliás, essa dificuldade não tem justificativa, tendo em vista que o projeto foi enviado para esta Casa no ano passado e demorou seis meses para ser concedido ao Magistério paranaense.

Faço questão de lembrar que, após a aprovação por nós nesta Casa, o Governador se viu obrigado a vetar artigos de sua própria iniciativa, eliminando benefícios fundamentais. Cito como exemplo a retroatividade, que até agora ainda não foi julgada. E a alegação do Governo na época era que essa retroatividade iria impactar financeiramente, prejudicando o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E quando o Governo do Estado está fazendo o pagamento aos professores dos novos salários previstos em lei, os jornais do Paraná dão notícia que o impacto dessa folha de pagamento é superior ao que se previa, superando a primeira reavaliação feita por esse mesmo Governo!

Nós, enquanto Deputados comprometidos com a causa popular, não concebemos esse tipo de argumento dado pelo Governo. Não é possível que não hajam técnicos renomados. Não é possível que os cálculos matemáticos sejam feitos de forma errônea pelos responsáveis do Governo do Estado!

Ao mesmo tempo, a imprensa vem noticiando casos em que os professores - esperamos que isso não seja correto - estão recebendo menos do que recebiam. Friso mais uma vez, espero que estejamos errados. Isso foi denunciado, verificado pelo Núcleo Regional de Londrina. E, contraditoriamente a tudo isso que defendemos na tarde de hoje, o Governo envia à CCJ uma proposta sugerindo um aumento de 100% para os Secretários de Estado de primeiro escalão! Tudo isso acontece no momento em que estamos ouvindo a votação na Câmara Federal do novo salário-mínimo!

A nossa obrigação enquanto representantes do povo, é exigir do Governo do Estado responsabilidade, no momento em que faz os cálculos, faz afirmações de que haveria comprometimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mínimo, o que cobramos aqui dos responsáveis pelas Secretarias da Fazenda, da Administração, é o compromisso com a verdade, porque está lidando com mais de 100 chefes de família, esses professores da Rede Estadual de Ensino anseiam há muito tempo pelo reajuste, e acreditamos ser fundamental para este Governo. Para a população não adianta querer explicar o contrário: que o impacto na folha de pagamentos em relação ao aumento dos Secretários é diferente do impacto orçamentário para conceder o reajuste retroativo, inclusive, para todos os servidores da Educação, do magistério do Estado do Paraná.

O Sr. Antônio Anibelli

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Só para fazer um reparo a V. Exa.: não foi o Governador que mandou esse aumento; é de autoria deste Deputado. Já levei tanta cacetada da imprensa e de alguns Deputados, que eu assumo; quem fez o projeto fui eu. É responsabilidade desta Casa, da Assembléia, mas como ninguém teve coragem de fazer, eu me senti na obrigação de remunerar os Secretários condignamente, porque nós sabemos que vários setores, inclusive desta Casa, ganham mais que Secretário de Estado. Muitos secretários de Deputados, professores, professores universitários ganham mais que Secretário de Estado! Então, o Secretário, que é um salário-referência no Estado, sempre foi, acho que é justo que eles recebam condignamente.

Obrigado!

O SR. BARBOSA NETO

Agradeço o aparte do Deputado Antonio Anibelli que é Líder do PMDB nesta Casa e, no mesmo momento, me permita discordar do senhor, que pela sua experiência sabe perfeitamente que está sendo difícil para população do Paraná compreender como nós vamos ter mais de 100% de reajuste para os Secretários, mesmo entendendo que eles estão com os salários defasados, mas não se pode, de uma canetada só dar esse aumento na ordem de mais de 100%, no momento terrível pelo qual o nosso País atravessa profunda recessão com níveis de desemprego atingindo picos altíssimos, no nosso entendimento.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Presidente, gostaria de registrar a presença, hoje, em nossa tribuna de honra do Pastor-Presidente da Assembléia de deus em Ortigueira, Pastor Glaudston, juntamente com o nosso Vice-Prefeito, Eloir Galvão, e ainda o Romualdo Lopes e Leonai Galvão, que estão nos dando a honra da visita aqui, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

As nossas boas-vindas aos ilustres visitantes da cidade que tenho orgulho de ser o mais votado, nossa querida Ortigueira.

Consulto a Liderança do PT se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado André Vargas, Presidente do Partido no Estado do Paraná.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Neste final de semana teremos a Conferência Estadual Eleitoral do PT. Todos os Deputados desta Casa, Lideranças políticas dos diversos Partidos e nós do PT, temos tratado do tema mais candente que são as eleições deste ano, em outubro.

Queria, especialmente aos companheiros, explicar o calendário eleitoral do PT. No dia 23 último os Municípios paranaenses, os diretórios municipais já decidiram o seu caminho: se a candidatura própria ou se aliança, e se aliança com quais Partidos. Nossa política estará sempre centrada no Governo Lula. O Partido fará alianças com os Partidos da Base aliada do Presidente Lula. Haverá, sem dúvida nenhuma, algumas exceções, mas a Conferência Eleitoral terá a presença do Ministro José Dirceu, Presidente licenciado do PT e do Presidente do PT José Genuíno que é, sem dúvida nenhuma, para nós do Partido, o ponto alto.

Faço esse esclarecimento exatamente para colocar, definitivamente, que o PT tem e busca fazer alianças. É um Partido aberto ao diálogo com as forças políticas progressistas e que querem consolidar

mudanças. Mas, também a lógica municipal definirá essa política de aliança e já definiu grande parte dela, grande parte daquele que será o caminho do Partido nessas eleições, com a responsabilidade de quem defendeu uma tese no processo eleitoral do Lula-Presidente. Portanto, nosso norte é a política nacional para as alianças municipais.

Também este Deputado, Presidente Estadual do PT, tem dito por inúmeras vezes que no Paraná seria preciso que as forças que sustentam Lula-Presidente, Requião - Governador, um processo de gerenciamento da política de alianças que nem o Presidente Estadual do PT pode, nem o Presidente Estadual de nenhum Partido tem condições de fazê-lo, pois, que representa projetos específicos no seus Municípios e no Estado.

Tenho dito inúmeras vezes, não ao Governador, mas à liderança política que representa Roberto Requião que só ele poderia gerenciar esse processo de alianças. Não ocorreu. As disputas já estão acontecendo. Portanto, que tenhamos todos nós muita maturidade para consolidarmos aquilo que for possível, mas teremos, sem dúvida nenhuma, uma disputa eleitoral tencionada.

Falo isso porque nesta Casa, todos os posicionamentos ficam gravados e consignados, pois que estão também consignados e gravados na imprensa escrita e falada também.

Quero reafirmar aqui que a conferência eleitoral, com a presença de todos os diretórios municipais será, no nosso entendimento, o ponto alto do processo eleitoral para nós do Partido dos Trabalhadores, com respeito a todas as forças políticas que também querem mudar e mudar para melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Bühner)

Pelo PMDB, Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras, rapidamente duas questões.

A primeira é dizer, acho que é importante deixar sempre consignado a nossa responsabilidade diante do quadro nacional. Todo mundo está muito informado em relação ao desmonte da máfia da pirataria que assistimos através do Jornal Nacional, mostrada pelo Medeiros, aonde o "Long Chong" o grande líder da máfia aqui no Brasil, fazia e faz, e outros continuam fazendo uma verdadeira sangria através do não pagamento de impostos nas finanças do Brasil.

Então, fico pensando e me sinto profundamente desconcertada, companheiro Dobrandino, diante dessa luta desigual que travamos hoje no Brasil de alguns achando que estão acima do bem e do mal, achando que tem que prevalecer a corrupção, o desmando, a falta de lealdade com a população, o desrespeito às nossas Constituições, inclusive às nacionais. É impressionante a falta

de pudor daqueles que acham que essa situação vai ser eterna, que não haverá mudanças.

É no meio político, nas instituições, no Governo Federal, nos Governos Estaduais, Municipais, todos os dias somos surpreendidos com um escândalo nacional, promovido por aqueles que acreditam que vai prevalecer o “jeitinho brasileiro”, a corrupção e o ganho fácil.

Ainda bem que nós não perdemos a capacidade de indignação e paralela a ela a confiança que, sem dúvida nenhuma, as coisas haverão de mudar. Nós já vivemos um momento diferente no Brasil, porque há bem pouco tempo não existia nome e nem endereço dos bandidos de “colarinho branco”. Hoje já temos nomes, endereços e fotografias estampadas na imprensa nacional. Falta muito ainda, mas acho que já é um bom caminho e essa é uma tarefa de todos nós.

E dizer que, em relação ao que o companheiro Barbosa Neto colocava, os professores que receberam menos nessa folha de pagamento, foi um erro do Núcleo Regional de Ensino de Londrina, que assumiu o erro. O Governador honrará com o que está estabelecido no Plano e Cargos e Salários e nenhum professor receberá menos de 33% e nem mais de 102%. Esse é o compromisso do Governo e esse é o que está valendo.

O erro na folha de pagamento de alguns professores, foi por conta do Núcleo Regional de Ensino na hora de mandar aqui para Curitiba, que mandou a listagem errada, que está sendo corrigida. Então, uma coisa não tem inversão, dizendo que ao invés de ganhar mais os professores estão ganhando menos, porque se isso se espalha, aí é complicado.

E para encerrar, dizer que é preciso deixar claro aqui para impedir a continuação da competente “central de boataria”, porque é muito impressionante como ela tem uma força enorme entre todos nós. Está ocorrendo em Londrina, e aqui, hoje, fui abordada por alguns Deputados e até alguns funcionários, que eu não seria mais pré-candidata, em Londrina, a Prefeita. Isso é uma tentativa de desestabilizar a nossa candidatura. Continuo pré-candidata e meu nome será homologado na nossa Convenção e serei, sim, candidata à Prefeitura de Londrina pelo PMDB, vamos trabalhar em um esforço concentrado para ganharmos as eleições, porque isso é legítimo. Nós estamos saindo para ganhar.

Então, no segundo turno nos aliaremos às Forças Progressistas e aos Partidos que estão conosco, mas sou pré-candidata e serei candidata, sim, com o apoio da bancada, com o apoio do Governador, com o apoio do vice-Governador, com o apoio de Secretários e com o apoio de uma grande fatia da população de Londrina, que mesmo sendo pré-candidata, já estão dizendo que aceitam, sim, o nome desta Deputada, para a candidatura à Prefeitura de Londrina.

Portanto, fora disso é boataria na tentativa de desestabilizar e o “Deus nos acuda” daqueles que já estão com medo de, antes de começarmos as eleições, já saírem perdendo. Só para tranquilizar o coração e o espírito daqueles que querem que saíamos candidata em Londrina.

Concedo aparte ao Deputado Dobrandino Silva.

O Sr. Dobrandino Silva

Dizer que V. Exa. na verdade, é pre-candidata do PMDB, do Governador Requião. Nós conversamos muito antes da decisão e eu diria que é uma ótima opção para o povo de Londrina. Temos outros bons candidatos também, mas V. Exa. se coloca como uma opção muito boa e essa inquietação, na verdade, que ela não é candidata é claro que incomoda alguns segmentos políticos do Estado, mas vá em frente, porque V. Exa. tem todo o apoio do nosso Partido.

A SRA. ELZA CORREIA

E é legítimo que o PMDB tenha candidatura própria, como é legítimo aos outros Partidos que também o tenham.

Era isso. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício s/nº, subscrito pelo Deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do PP e Cida Borghetti, constante do expediente, comunicando que o Deputado Fernando Ribas Carli, será líder da Bancada do PP a partir de 02 de junho de 2004. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 108/2004, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que declara de Utilidade Pública a Organização Beneficente Evangélica Liberdade -OBEL, com sede no Município de Itaperuçu e

foro no município de Rio Branco do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 024/2004, de 06.04.2004).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 149/2004, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que declara de Utilidade Pública a União das Associações de Francisco Beltrão- UNIBEL, com sede nesta Cidade de Francisco Beltrão. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 036/2004, de 03.05.2004).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 150/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública a Associação de Famílias e Amigos do Sacolão Comunitário do Conjunto Residencial Branca Vieira, com sede e foro no Município de Maringá. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 036/2004, de 03.05.2004).**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, o imóvel denominado área institucional, localizado dentro do Quadro Urbano no Conjunto Habitacional Araucária, de casas populares no Município de Marmeleiro. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a Emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/2003, de autoria da Deputada ARLETE CARAMÊS que dispõe sobre a obrigatoriedade da busca imediata de pessoa desaparecida, menor de dezesseis anos ou pessoa de qualquer idade portadora de deficiência física, mental ou sensorial. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CDHC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/2003, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que cria o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. COM EMENDA DA CCJ.**

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 04 (quatro) de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 641/2003

O artigo 4º do Projeto de Lei nº 641/2003, passará a ter a seguinte redação:

Art. 4º - O Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, regulamentará a presente lei que entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA.

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Mauro Moraes, Padre Paulo Campos e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda corretiva justifica-se para deixar claro ao Poder Executivo o prazo de vigência da proposta, visto que no projeto original deixou em aberto.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

O artigo 2º do Projeto de Lei nº 641/2003, passará a ter a seguinte redação:

Art. 2º - O Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual tem como objetivo primordial implantar uma política adequada que permita às vítimas:

I - ...

II - ...

1 - ...

2 - ...

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA.

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Mauro Moraes, Padre Paulo Campos e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda supressiva justifica-se considerando que a proposta é determinante. Dispensa-se a expressão “no mínimo”, pois caso o Poder Executivo desejar ampliar os serviços às vítimas tem o amparo legal para fazê-lo.

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 641/2003, passará a ter a seguinte redação:

Art. 3º - O Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual será composto pelos:

- Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania;

- Secretário de Estado da Saúde Pública;

- Secretário de Estado da Segurança Pública;

- Representante do Conselho Tutelar;

- Representante da sociedade com atuação na área dos direitos humanos.

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA.

Apoioamento:

Renato Gaúcho, Mauro Moraes, Padre Paulo Campos e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda corretiva justifica-se para acrescentar a expressão “Conselho Tutelar”, pois é assim a expressão consagrada no texto legal.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

O item II do artigo 2º do Projeto de Lei Nº 641/2003, passará a ter a seguinte redação:

II - Encaminhamento imediato a atendimento hospitalar com atenção voltada para:

1 - Coleta de material que permita, por meios científicos disponíveis, a identificação do autor da agressão;

2 - ...

Sala das Sessões, em 02.06.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA.

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Mauro Moraes, Padre Paulo Campos e Luciana Rafagnin.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda aditiva justifica-se para não criar responsabilidades legais aos executores (funcionários públicos), para isso, acrescentamos a expressão “disponíveis”.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça para Parecer.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 705/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que altera o artigo 1º da Lei nº 14.181/2003, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Marial Vicentina de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 04/2004, de autoria do Tribunal de Justiça, que cria cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, conforme específica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 04/2004

Art. 1º - Ficam criados na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, sete (07) cargos de Assessor de Desembargador, simbologia DAS-4, privativos de bacharéis em Direito, sete (07) cargos de Secretário de Desembargador, simbologia DAS-4 e quatorze (14) cargos de Oficial de Gabinete de Desembargador, simbologia 1-C sendo os mesmos de provimento em comissão, que passam a integrar o Anexo III, Tabela 2, da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

Art. 2º - Fica criado na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, sete (07) cargos de Motorista, nível A-

8, sendo os mesmos de provimento efetivo, que passam a integrar o Anexo I e Anexo III, Tabela 1 - Grupo Ocupacional Básico da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.02.2004

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei objetiva criar sete (07) cargos de Assessor de Desembargador, simbologia DAS-4, privativos de bacharéis em Direito, sete (07) cargos de Secretário de Desembargador, simbologia DAS-4, quatorze (14) cargos de Oficial de Gabinete de Desembargador, simbologia 1-C e sete (07) cargos de Motorista, nível A-8, para atender os gabinetes dos novos Desembargadores cujos cargos foram criados pela Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - novo Código de Organização e Divisão Judiciárias.

Em atendimento ao disposto no Artigo 16 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), apresentamos o impacto orçamentário-financeiro decorrente da criação dos novos cargos, bem como a declaração do ordenador de despesa relativa à adequação orçamentária e financeira.

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Atendendo às exigências previstas nos artigos 16 e 17 e parágrafos da Lei Complementar 101/2000, o impacto orçamentário-financeiro dos gastos decorrentes da criação dos cargos do presente anteprojeto de lei, fica demonstrado conforme anexo.

A criação de cargos que se propõe, está prevista na proposta orçamentária para o exercício financeiro 2004.

O limite para despesas de pessoal estabelecido no artigo 20, inciso II, letra b da referida Lei Complementar, definido em 6% (seis por cento) para o Poder Judiciário, não será desrespeitado, visto que a Receita Corrente Líquida prevista para o exercício financeiro 2004 demonstra que o cálculo do referido percentual excede até a dotação orçamentária do Poder Judiciário.

Seguem demonstrativos.

**LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Administração Financeira do Estado

CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA GLOBAL 2004

Especificação	Valor R\$1,00
Receita Corrente Bruta do Tesouro	10.926.123.530
Receita Corrente de Outras Fontes	1.347.720.640
(-) Deduções	3.195.168.180
Transferências Constitucionais Legais	2.094.209.600
Contribuição ao Plano Seg. Social do Servidor	86.914.100

CÁLCULO DA RECEITA LÍQUIDA GLOBAL 2004

Especificação	Valor R\$1,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEF	1.014.044.480
Receita Corrente Líquida Global	9.078.675.990
6% = R\$ 544.720.560,00	

Dotação do Poder Judiciário na Lei Orçamentária para o Exercício Financeiro de 2004 = R\$493.704.130,00.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Assessoria de Planejamento da Presidência
Impacto Orçamentário-Financeiro Anual
Decorrente da Criação de Cargos de Apoio aos Novos Desembargadores

Cargos	Quant.	Custo P. Cargo	Custo Mensal	%	Terço Férias	Nº Meses	Custo de Março a Dezembro de 2004
Cargos de Assessor DAS-4	7	3.659,10	25.613,70	33,33%	8.537,05	13	341.515,15
Cargos de Secretário DAS-4	7	3.659,10	25.613,70	33,33%	8.537,05	13	341.515,15
Cargos de Oficial de Gabinete 1C	14	1.518,80	21.263,20	33,33%	7.087,02	13	283.508,62
Cargos de Motorista (nível A8)	7	760,72	5.325,04	33,33%	1.774,84	13	71.000,36
TOTAL	35	9.597,72	77.815,64	-	25.935,95	-	1.037.539,27

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 004/2004

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima, de autoria do Poder Judiciário, estabelece em seu artigo 1º a criação na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, sete (07) cargos de Assessor de Desembargador, simbologia DAS-4, privativos de bacharéis em Direito, sete (07) cargos de Secretário de Desembargador, simbologia DAS-4 e quatorze (14) cargos de Oficial de Gabinete de Desembargador, simbologia 1-C.

Cria, ainda, na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, sete (07) cargos de Motorista, nível A-8, de provimento efetivo, que passam a integrar o Anexo I e Anexo III, Tabela 1 - Grupo Ocupa-

cional Básico da Lei nº 11.719, de 12 de maio de 1997.

Ressalte-se, que tais cargos visam compor a estrutura de Gabinete dos sete (07) novos Desembargadores criadas com advento do novo Código de Organização e Divisão Judiciária, recentemente aprovado por esta Casa de Leis.

É o relatório.

II - Voto do Relator

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Chefe do Poder Judiciário, estando portanto, presente o princípio da admissibilidade.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legisla-

tiva, nosso parecer é favorável na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(a) HERMES FONSECA

Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 004/2004

“Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(a) HERMES FONSECA - Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 004/2004

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, tem por objetivo criar cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Finanças encontrou competência constitucional para a iniciativa da matéria proposta. O Tribunal de Justiça enviou, também, o impacto orçamentário-financeiro decorrente da criação dos novos cargos, em atendimento ao artigo 16 de Lei Complementar nº 101 (Responsabilidade Fiscal).

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Finanças apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 004/2004.

Sala das Comissões, em 01.06.2004.

(a) ELIO RUSCH - Presidente e Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 009/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Luiz Nishimori, que institui o Prêmio Araucária de Jornalismo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CE. Aprovado. (Publ. no DA nº 047/2004, de 26.05.2004).**

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE LEI Nº 094/2004

P A R E C E R :

Relatório

A presente proposição de autoria dos nobres Deputados Hermas Brandão e Luiz Nishimori tem por objetivo

instituir o Prêmio Araucária de Jornalismo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada a opinar, conforme o disposto no artigo 33 do Regimento Interno, a Comissão Executiva reconhece méritos indiscutíveis na matéria, que visa premiar, pela Assembleia Legislativa do Estado, o melhor trabalho jornalístico publicado em todo o território do Estado do Paraná, procurando incentivar os jornalistas das várias áreas no desenvolvimento de sua profissão.

Conclusão

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 009/2004.

Palácio “XIX de Dezembro”, em 31.05.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1040, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1041, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1044, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1045, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1048, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1049, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 004 e 009/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 630/2003; 132, 134, 161 e 166/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 017/2004.

Levanta-se a Sessão.